

ECONOMIA DO DESPERDÍCIO, ECOLOGIA DA DESTRUIÇÃO: HISTORIOGRAFIA, AMBIENTALISMO E O DEBATE POLÍTICO CONTEMPORÂNEO¹

Diogo de Carvalho Cabral²
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

O artigo propõe-se a (re) discutir, num sentido mais amplo, as relações entre a História Ambiental e os movimentos ambientais. Para isto, faz-se necessária uma análise crítica da historiografia nacional clássica, em particular daqueles autores (como Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior) que serviram de maior inspiração para os historiadores ambientais do final do século XX e início do XXI. Esta linhagem de pensamento, identificada como a “noção da perdularidade ecológica da socioeconomia colonial”, vem sendo desafiada, nos últimos anos, por alguns estudiosos que assumem uma posição mais interacionista e antropocêntrica. Defende-se que é nos termos deste movimento revisionista que a História Ambiental deve renegociar o diálogo com os diversos tipos de ativismo político-ecológico.

Palavras-chave: Economia colonial; Historiografia; História ambiental; Movimento ambiental.

Abstract

The paper aims to (re) discuss in a larger framework the relations between Environmental History and environmental movement. For this, it's necessary a critical analysis of the classic national historiography, in particular those authors (like Sérgio Buarque de Holanda and Caio Prado, Jr.) who most inspired late-20th-century and early-21th-century environmental historians. This lineage of thought identified as the “notion of the ecological wastefulness of colonial economy” has been challenged in recent years by some scholars who assume a more interactivist and anthropocentric position. We defend it is in these terms that Environmental History should renegotiate the dialogue with the various sorts of political-ecological activism.

Key words: Colonial economy; Brazilian historiography; Environmental history; Environmental movement.

Todas as coisas que vivem muito tempo embebem-se gradativamente de razão, a tal ponto que sua origem na desrazão torna-se improvável. Quase toda história exata de uma gênese não soa paradoxal e ultrajante para o nosso sentimento? O bom historiador não contradiz continuamente, no fundo?

Friedrich Nietzsche, Aurora

“Se a história ambiental não conversa com o movimento ambiental, não tem com quem conversar”, destacou o professor Guillermo Castro Herrera, há poucos anos atrás.³ Embora eu acredite que o referido diálogo é tão necessário quanto profícuo, discordo quanto à exclusividade do movimento ambiental como interlocutor. Tão importante quanto o debate “externo” é o debate “interno” da história ambiental. Em outras palavras, a história – enquanto disciplina acadêmica – precisa conversar (também) com a própria história, sob pena de empobrecimento do que os historiadores podem dizer (e ouvir) dos ambientalistas.

Neste sentido, as “novidades” trazidas pela história ambiental ao debate historiográfico mais amplo têm de ser postas em perspectiva. Se não há dúvidas quanto a algumas inovações temáticas, é preciso lembrar que refletir, num âmbito geral, sobre “as interações que as sociedades do passado tiveram com o mundo não humano, o mundo que não criamos em nenhum sentido primário”⁴ não é nenhum apanágio dos anos 1970. Decerto que a formulação dos problemas, como objetos historiográficos, ganhou contornos especialmente nítidos por esta época, mas o pensamento e a investigação sobre as relações entre o meio biofísico e as organizações sociais passadas já eram realizados desde há muito, inclusive no seu suposto “berço” (os Estados Unidos da América).⁵ Se entendida como um novo movimento de expansão da agenda historiográfica – que, com efeito, daria continuidade ao legado *annalista*⁶ –, essa nova história precisa, contudo, revisar criticamente o que “ficou para trás”, posto que nenhum sistema de conhecimento erige-se sobre o vácuo. Como bem frisou o astrofísico Marcelo Gleiser, “para

¹ Versão ampliada e modificada da comunicação “Teorias da devastação ecológica colonial na historiografia brasileira contemporânea: algumas notas críticas”, apresentada no XXIV Simpósio Nacional de História, realizado em São Leopoldo (RS), entre 15 e 20 de julho de 2007. Agradeço as valiosas críticas e sugestões de Ely de Carvalho, Lise Sedrez e do(a) parecerista anônimo(a) da *Esboços*.

² Núcleo de Pesquisas em Geografia Histórica (NPGH), Departamento de Geografia – IGEO/CCMN, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: diogocabral@superig.com.br

que um cientista possa explorar novos territórios é necessário que tenha a coragem de enfrentar os antigos”.⁷

No que concerne à nossa historiografia, esses “territórios antigos” identificam-se, principalmente, às grandes narrativas acerca da formação colonial brasileira. O tema das relações sócio-ambientais sempre permeou, de uma forma ou de outra, as narrativas históricas acerca da formação do Brasil, algo mais do que esperado em se tratando de um processo desenrolado como uma grande expansão de fronteira moderna sobre uma natureza ainda pouco modificada pela mão humana. Sem dúvida, conforme aponta J. A. Drummond, ninguém foi mais longe do que Caio Prado Júnior, em seu *Formação do Brasil contemporâneo*, na consideração conjunta de variáveis explicativas ambientais e sócio-econômicas. “Infelizmente”, continua observando Drummond, “ele não criou uma escola que desenvolvesse mais detalhadamente ou atualizasse as suas estimulantes análises das relações entre recursos naturais e processos sociais nos tempos coloniais brasileiros”.⁸ De acordo com Maria Yedda Linhares, isto foi produto da excepcional brevidade do célebre encontro disciplinar entre a História e a Geografia que, no Brasil, foi abortado pelo debate político, entre as décadas de 1940 e 60, sobre as origens da sociedade brasileira e seus problemas.⁹

Este fato vem tendo uma imensa influência sobre as formulações dos primeiros historiadores ambientais do Brasil-Colônia. Mais do que “testar” as teses desses precursores – principalmente Caio Prado e Sérgio Buarque de Holanda – como *hipóteses*, as quais foram formuladas num contexto de ainda parca utilização de pesquisa primário-arquivística, as investigações dos historiadores ambientais amiúde apenas vêm corroborar, muitas vezes por mera legitimação teórica “atualizante”, os postulados desses pensadores de outrora. Afora a falência recorrente dos engenhos de açúcar coloniais por falta de lenha – antiga e consolidada tese de Caio Prado empiricamente refutada por Warren Dean¹⁰ – os pesquisadores das duas últimas décadas do século XX não fizeram muito mais do que ressaltar e endossar o que já havia sido dito muitos e muitos anos antes. Quando propuseram novas interpretações, como o fez Carlos Castro¹¹, a contestação ficou no nível mais superficial do discurso, faltando uma demonstração empírica realmente vigorosa.

Deste modo, atrevo-me a dizer que a história ecológica/ambiental brasileira expandiu o conhecimento de nosso passado colonial *apenas quando explorou territórios (temas) incógnitos*, o mais proeminente exemplo sendo o estudo de José Augusto Pádua¹². Como nova abordagem aos problemas tradicionais, todavia, pouco avançamos, de maneira que ainda permanecemos presos, numa medida significativa, aos grilhões dos postulados de uma historiografia que, embora clássica, já se faz datada.¹³ Com efeito, esse conjunto de interpretações e

narrativas – que, grosso modo, foram publicadas entre 1930 e 1980 – desenhou as relações entre homem e ambiente no Brasil-Colônia como *destrutivas* e, principalmente, *perdulárias*, de modo que irei referir-me ao fio condutor desse conjunto dessas interpretações e narrativas como a *noção da perdularidade ecológica da socioeconomia colonial*.

O presente ensaio tem dois objetivos inter-relacionados: em primeiro lugar, apresentar uma releitura ecológica crítica, ainda que preliminar, dos supracitados intérpretes da formação do Brasil, bem como de seu peso na modelagem da jovem historiografia ambiental nascida no final do século XX. Em seguida, procura-se identificar os lineamentos de um novo “paradigma” que se esboça, nos últimos anos, no pensamento histórico-ambiental brasileiro, baseado em uma espécie de “interacionismo antropocêntrico”. Defendo que este movimento revisionista, a despeito de embrionário, pode ser um termo de (re) negociação interessante com os diversos tipos de ativismo ambiental. Uma vez que foram eles a fornecer boa parte do fermento do caldo de cultura no qual a História Ambiental começou a se desenvolver como disciplina acadêmica, nada mais saudável, então, do que renovarmos esse vínculo a partir de um diálogo que se valha dos achados de nossas mais recentes pesquisas e reflexões.

1. ECONOMIA DO DESPERDÍCIO, ECOLOGIA DA DESTRUÇÃO: OS “FUNDADORES”

1.1. Sérgio Buarque e a “teoria da imprevidência”

A idéia de que a colonização portuguesa criou, na América, um modelo de produção agrícola irresponsável, imprevidente e esbanjador é bastante antiga na historiografia e, de um modo geral, nas ciências sociais brasileiras. É ainda no bojo da chamada “geração de 30” que ela toma corpo, no centro de algumas das grandes reflexões acerca da formação do Brasil. Embora certamente encontremos, em Gilberto Freyre, uma certa ambigüidade (proposital, diga-se de passagem, até mesmo metodológica¹⁴) na avaliação do sistema de *plantation* açucareira – manifestada, principalmente, na condenação do desmatamento –, não se pode negar que o tom predominante, em sua obra, é o do elogio da cruzada civilizatória portuguesa, principalmente na sua obra-mestra, *Casa-Grande & Senzala*. É com Sérgio Buarque de Holanda que o que convencionei chamar de *teoria da imprevidência* germina de forma plena, algo perspicazmente notado por Stuart B. Schwartz.¹⁵

Não cabe, obviamente, no escopo deste ensaio, uma análise metodológica pormenorizada de *Raízes do Brasil*, até porque inúmeros outros colegas já o fizeram.¹⁶ O importante aqui é, tão-somente, fazer notar a importância de dois

elementos teóricos centrais e articulados entre si na descrição de Holanda: o exotismo cultural europeu em relação ao meio ambiental tropical e o tipo-ideal do aventureiro. Para Holanda, “[a] tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, *o fato dominante e mais rico em conseqüências*.”¹⁷ A evolução social de longa duração do povo português nas condições ambientais mediterrânicas constitui um elemento de alta fricção e conflito quando em contato com os trópicos. Em certos momentos, somos levados a acreditar que há uma certa inexorabilidade do devir histórico advinda dessa discrepância; por mais que nos esforcemos, essa “semente exótica” nunca nos deixará:

Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem.¹⁸

O produto último deste acoplamento é a tendência do colonizador lusitano para o comportamento aventureiro, por excelência. Para esta sorte de psique, “o objeto final, a mira de todo esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários. *Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore*.”¹⁹ Essa ânsia de prosperidade imediata, sem custo, está diretamente relacionada a uma imaginação geográfica “aberta” e “desbravadora”: “Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esses obstáculos em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes.”²⁰

É essa imaginação geográfica, orientadora do domínio progressivo e incessante do espaço natural, que configura as bases da exploração econômica, no Brasil. A conjuntura histórica (a época das grandes navegações e “descobrimentos”), além do mais, “predispunha aos gestos e façanhas audaciosos, galardoando bem os homens de grandes vôos.” Holanda ressalta claramente o caráter teórico-metodológico da distinção weberiana aventureiro/trabalhador, prudentemente avisando que nenhum dos dois tipos psico-sociológicos “possuem existência real fora do mundo das idéias”.²¹ Neste sentido, ele admite a existência de indivíduos trabalhadores na antiga sociedade portuguesa. No entanto, as condições ambientais do novo território conquistado eram desfavoráveis ao florescimento do comportamento assentado, paciente e circunspeto, de modo que

o gosto pela aventura [...] teve influência decisiva (não foi a única decisiva, é preciso, porém, dizer) em nossa vida nacional. Num conjunto de fatores tão diversos, como as raças que aqui se chocaram, os costumes e padrões de existência que nos trouxeram, as condições mesológicas e climatéricas que exigiam longo processo de adaptação, foi o elemento orquestrador por excelência. Favorecendo a mobilidade *social*, estimulou os homens, além disso, a enfrentar com denodo as asperezas da natureza e criou-lhe as condições adequadas a tal empresa.²²

Esses dois elementos – o exotismo cultural europeu em relação ao meio ambiental tropical e o conseqüente favorecimento do tipo-ideal do aventureiro – forjam, na interpretação de Holanda, o molde básico das relações sócio-ambientais no Brasil-Colônia. Talvez possamos situar a formulação embrionária dessa concepção numa certa passagem da referida obra, quando o autor afirma que a aventura colonial portuguesa na América “não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono”²³. Mais algumas páginas à frente, contudo, é que se encontra o verdadeiro parágrafo seminal e que, pela sua imensa importância, afiança-me a reproduzir:

Numa produção de índole semicapitalista, orientada sobretudo para o consumo externo, teriam de prevalecer por força critérios grosseiramente quantitativos. Em realidade, só com alguma reserva se pode aplicar a palavra ‘agricultura’ aos processos de exploração da terra que se introduziram amplamente no país com os engenhos de cana. Nessa exploração, a técnica européia serviu apenas para fazer ainda mais devastadores os métodos rudimentares de que se valia o indígena em suas plantações. Se tornou possível, em certos casos, a fixação do colono, não cabe atribuir tal fato a esse zelo carinhoso pela terra, tão peculiar ao homem rústico entre povos genuinamente agricultores. A verdade é que a grande lavoura, conforme se praticou e ainda pratica no Brasil, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura. Sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável.²⁴

Subjazem, aqui, dois claros pressupostos que, com efeito, já foram desbaratados há muito tempo por pesquisas mais finas: (1) o da rudimentaridade/destrutibilidade da agricultura indígena de coivara e (2) o da superioridade a-histórica do modelo europeu. Ora, o que os estudos ecológicos, antropológicos e históricos demonstraram, nos últimos trinta e poucos anos, é que a coivara é um inteligentíssimo e deveras

eficiente sistema adaptativo ao ambiente de floresta tropical úmida²⁵ e que a tecnologia agrícola européia de rotação de terras, adubação, associação lavoura-pecuária, etc., além de concebida para um meio geográfico muito diferente, foi gestada no contexto de escassez de terras virgens e pressão demográfica, a partir do século XI; antes disso, o camponês europeu era, nas palavras de Georges Duby, um “pioneiro habitual”²⁶ e, nesse sentido, a extensividade de seu sistema agrícola em pouco diferia do que viria a ser o modelo laboral brasileiro. Em outras palavras, a “sábua” civilização agrícola européia somente pode surgir como resposta a uma grave crise ecológica, isto é, quando não havia outra saída.²⁷

Minha intenção não é a de fazer uma apologia da “mentalidade de fronteira”, mas apenas apontar que, nas condições sociais, políticas, culturais e ecológicas nas quais se encontravam enredados os colonos neo-europeus, o sistema extensivo era “uma simples, racional opção, e tornada possível graças às oportunidades legais e extralegais existentes à abertura de novos trechos de terra grandemente abundante”²⁸. A enorme fertilidade (inicial) dos solos de floresta virgem – em comparação com aqueles resultantes da regeneração da capoeira em alguns poucos anos – explica a adoção do sistema extensivo como estratégia produtiva subsidiadora de um modelo econômico francamente desafiador das contingências ecológicas. Com efeito, a produtividade por hectare da agricultura de alimentos em regime de derrubada-e-queimada tendia a ser maior do que àquela obtida no sistema europeu, entre os séculos XIII e XVIII. Conforme demonstrou Fragoso, amplamente fundamentado no trabalho de Ester Boserup, a reprodução extensiva representava um modo de uso da terra em que o *quantum* de matas virgens era uma variável central, singularizadora do sistema, sempre atuando em correlação negativa com a inversão de trabalho.²⁹

Não podemos nos permitir cair na armadilha da pressuposição – que anda, aliás, muito atuante na historiografia ambiental brasileira – da irracionalidade ecológica dos atores sociais que nos antecederam, pressuposição esta caudatária de uma visão negativista da “modernização”. De acordo com esta visão, as sociedades agrárias mestiças geradas a partir da expansão européia sobre o Novo Mundo, modeladas num contexto de subalternidade política, econômica e cultural, seriam obrigatoriamente débeis, degenerações das soberbas sociedades “autóctones” causadas pelo vírus ocidentalizante. Na etnologia camponesa, mesmo a contemporânea,

pouca ou nenhuma atenção foi dada ao saber camponês sobre os solos e as plantas, visto como sistema cognitivo, parte de um modelo mais abrangente. Ou ele é apresentado como uma prática fragmentada, ou é implicitamente negado como saber autônomo, ou é visto apenas como um saber degenerado, re-

manescente anacrônico de uma tradição civilizatória que se transformou: uma ‘pequena tradição’, como diria Robert Redfield. Alternativamente, em vez de um saber camponês, fala-se de uma rotina camponesa que se opõe à inovação, ou, nas palavras de Chayanov, de um ‘instinto camponês’.³⁰

Acredito que o piso de dois neurônios proposto por João Fragoso em relação aos pequenos lavradores³¹ seja suficiente para começarmos a vislumbrar, mesmo que timidamente, a possibilidade dos agentes agrários aprenderem com o funcionamento dos ecossistemas com os quais interagem na construção do ecúmeno colonial. Afinal de contas, ninguém derruba uma árvore com a intenção primária de tornar seu solo mais erodível e/ou seu rio mais assoreado, pelo menos quando é dessa terra que vem o seu alimento e desse manancial vem a sua água. Se árvores são derrubadas é porque se espera que um benefício econômico advinha deste procedimento, isto é, os *proventos percebidos* superam os *custos percebidos*. Não importa o quão alto estimemos, a partir de nosso olhar retrospectivo, o custo para a integridade dos ecossistemas de outrora e sua biodiversidade; para os homens que estavam em contato com ela – ou, pelo menos, para aqueles que estavam no comando do processo de interação –, valia a pena agir do modo como agiam.

1.2. Caio Prado, Fernando Novais e a “teoria da espoliação ecológica”

No início da década de 1940, Caio Prado Júnior rompia com a visão então hegemônica dos ciclos econômicos (notadamente dos produtos de exportação) e, grosso modo, inaugurava toda uma tendência historiográfica que até hoje guarda fervorosos adeptos. À procura daquilo que quase se poderia chamar de “pecado original” – o sentido da evolução da sociedade brasileira –, Caio Prado remetia à expansão marítima e comercial européia iniciada no século XV. Em outras palavras, encontrar tal sentido significaria compreender a arribada da esquadra cabralina e a posterior estruturação da socioeconomia colonial como capítulos da história comercial européia.³²

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais do que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras.³³

Neste contexto, a agricultura, “o nervo econômico da civilização”, tem um papel central. Ela organizar-se-á através da implantação de grandes proprieda-

des monoculturais trabalhadas por escravos, modelo este *necessário* ao sentido da formação econômica brasileira e, com efeito, responsável direto pelos processos “bárbaros, destrutivos”, que iam “semeando desertos estéreis atrás do colonizador”.³⁴ Caio Prado deixa claro esta relação inexorável no seguinte trecho:

Êste tipo de organização agrária, que corresponde à exploração agrícola em larga escala [...] não resulta de uma simples escolha, alternativa eleita entre outras que se apresentavam à colonização. [...] Dando à organização econômica da colônia esta solução, a colonização portuguesa foi estritamente levada pelas circunstâncias em que se processou, e sofreu as contingências fatais criadas pelo conjunto das condições internas e externas que acompanham a obra aqui realizada por ela. A grande exploração agrária – o engenho, a fazenda – é consequência natural e necessária de tal conjunto; resulta de todas aquelas circunstâncias que concorrem para a ocupação e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil: o caráter tropical da terra, os objetivos que animam os colonizadores, *as condições gerais desta nova ordem econômica do mundo que se inaugura com os grandes descobrimentos ultramarinos, e na qual a Europa temperada figurará no centro de um vasto sistema que se estende para os trópicos a fim de ir buscar nêles os gêneros que aquêle centro reclama e que só êles podem fornecer.*³⁵

Depreende-se, então, que a estrutura da moderna economia-mundo, vista sob o prisma do modelo marxista centro-periferia, explica, em última instância, a devastação ambiental na colônia brasileira. A exploração mercantilista, instrumento *par excellence* da acumulação primitiva de capital realizada na Europa, consubstanciava-se geograficamente por intermédio da tríade latifúndio-monocultura-escravidão. Seu funcionamento baseava-se na “devastação da mata em larga escala [...], sempre em busca de solos frescos que não exigissem maior esforço” – em outras palavras, retrabalhamento do solo já utilizado e, de um modo geral, nenhuma iniciativa de termos de inovação técnica.³⁶

O sistema de monocultura e o espírito que anima o produtor colonial são disto os principais responsáveis. Voltamos aqui ao [...] caráter da economia brasileira. Ela faz convergir para um único fim, com o objetivo de um máximo e momentâneo proveito, todas as atenções e esforços; verdadeiro processo de bombeamento dos recursos naturais do solo, ‘agricultura extrativa’, já se denominou.³⁷

Essa linha de pensamento, intermediada e “adensada” por Celso Furtado³⁸ – embora este não tenha se atido consideravelmente à questão propriamente

“telúrica” –, foi, contudo, somente levada ao paroxismo com Fernando Novais³⁹. No afã de compreender a realidade histórica da colônia, Novais buscou, através do conceito de *antigo sistema colonial*, iluminar o conjunto das relações metrópole-colônia, revelando a articulação indispensável do todo com as partes e vice-versa. Nas linhas mestras desses pressupostos teóricos, define-se a tessitura da *exploração colonial*, a função precípua da América portuguesa, qual seja, a de promover a acumulação primitiva de capitais nos centros da economia-mundo; a produção de excedentes comercializáveis nos mercados internacionais e geradores de lucros para a burguesia metropolitana.⁴⁰

Relaciona-se, então, exploração colonial com degradação ambiental. Aproveitando a deixa de Furtado (ver nota 35), Novais acrescenta:

Mais ainda, como não reinveste em escala crescente, mas apenas repõe e agrega, dilapida a natureza. A economia colonial, escravista-mercantil, é uma economia predatória. E reencontramos de novo o sentido primário da colonização: desdobramento da expansão comercial européia, a colonização do Novo Mundo começou por uma atividade de pura exploração dos produtos naturais (pau-brasil, peles); ao se instaurar a produção colonial o sistema adquire extraordinária complexidade, mas mantém o sentido originário de depredação da paisagem natural.⁴¹

Vislumbra-se, aqui, uma espécie de racionalização teórica bastante parecida com a que, por essa mesma época (final da década 1970 e início da seguinte), estava sendo desenvolvida por alguns autores que se valiam de uma releitura da obra de Marx sob um viés ecológico. Os “eco-marxistas”, como passaram a ser conhecidos, não formavam um grupo homogêneo, abarcando divergências que só aumentaram com o tempo. Uma das teses resgatadas e reinterpretadas no âmbito desse movimento foi o chamado “*rift* metabólico”, isto é, o desenvolvimento de uma estrutura assimétrica de trocas biofísicas entre as cidades e as áreas rurais, a partir de uma crescente divisão territorial do trabalho.⁴² Extrapolado para escalas cada vez maiores, esse mecanismo, que se confundiria mesmo com a antiga e enraizada noção de “desenvolvimento desigual e combinado”, apresentar-nos-ia, num plano global, uma “ecologia-mundo” baseada na drenagem de recursos naturais das regiões subdesenvolvidas para as desenvolvidas. Acredito não ser por acaso que James O’Connor, um dos maiores expoentes do marxismo ecológico, tenha lançado mão do seguinte exemplo histórico:

Un efecto del desarrollo desigual en términos del agotamiento de recursos (por ejemplo, un efecto de la expansión incontrolada del monocultivo) ha consistido en la degradación de las condiciones del suelo. Ejemplo famoso de esto es la expansi-

ón incontrolada de la producción azucarera en el Nordeste del Brasil, que arruinó la tierra y llevó a la región a una profunda pobreza, de la que nunca se ha recuperado en realidad.⁴³

Outra convergência teórica entre o modelo de Novais e o pensamento eco-marxista reside na polêmica acerca da chamada “segunda contradição do capitalismo”, tese formulada por O’Connor. Articulada à “primeira” – entre forças produtivas e relações de produção –, a segunda contradição teria que ver com as *condições de produção*, isto é, as bases naturais (recursos) sobre as quais se erige o modo de produção capitalista. Essas condições dificilmente poderiam ser produzidas e reproduzidas em moldes capitalísticos: o capital tende a tomá-las como dados, pelo menos enquanto sejam relativamente abundantes, para o processo de produção e, exatamente por essa razão, o processo de valorização do capital corrói os sistemas naturais, levando ao esgotamento ecológico; conseqüentemente, encarece-se as próprias condições de produção.⁴⁴

Essa tese, contudo, não constitui ponto pacífico. As discordâncias giram em torno da questão de se o padrão de consumo dos recursos naturais, no regime capitalista, seria ou não uma *contradição inerente ao sistema*. Para certa vertente (notadamente francesa), a crise ecológica planetária é, sim, produto do capitalismo, no entanto, ela não se apresenta como um fator central de crise para este. Na esfera do ambiente natural, a dinâmica de acumulação de capital representaria uma ameaça premente para certas parcelas da *humanidade* – as classes trabalhadoras –, mas não para *o capital em si*.⁴⁵

A interpretação histórica de Novais tende a concordar com este posicionamento teórico. Embora perceba que “a expansão colonial tinha *limites naturais*: o esgotamento dos recursos dilapidados pelo modo colonial de produção”⁴⁶, Novais não reconhece esse fenômeno como uma verdadeira *contradição* do sistema, aparentemente por conceber um estoque natural muito vasto:

Como entretanto esse processo se desenvolve num contexto mais amplo, e não só puramente econômico em sentido estrito, muito antes de atingidos aqueles limites [naturais] já se desencadeiam tensões de toda ordem. Com isso, entretanto, começamos a penetrar nas contradições do sistema.⁴⁷

Obviamente que não estou sugerindo que Novais tenha alguma vinculação teórica com o eco-marxismo – não há nenhuma evidência disso. O que acontece é que, como bem lembrou O’Connor, os “lineamientos teóricos fundamentales sobre el vínculo entre el desarrollo desigual y la destrucción de la naturaleza fueron delineados por primera vez por el propio Marx”.⁴⁸ Em outras palavras: não era preciso esperar por qualquer releitura ecológica do pensamento de Marx para produzir uma historiografia influenciada por seus postulados mais funda-

mentais. Nesse sentido, é simplesmente “natural” que os escritores da história da formação do Brasil – uma história que, como já se disse anteriormente, tinha que lidar com os dados do ambiente natural – de orientação marxista *tendessem* a pensar as relações sócio-ecológicas coloniais como destrutivas e predatórias.

2. O “PECADO ORIGINAL” REVIVIDO: OS “HERDEIROS”

2.1. Warren Dean e a história destrutivista

Embora a arqueologia intelectual da noção de *perdularidade ecológica da socioeconomia colonial*, nos remeta, como vimos, a Sérgio Buarque e Caio Prado, ela somente foi de fato sistematizada como modelo explicativo na obra pioneira de Warren Dean.⁴⁹ No já clássico *A Ferro e Fogo*, Dean desenvolve a idéia de que a taxa de conversão da floresta em capital (fixo e de giro) foi irrisória ao longo de todo o período de domínio português. Após o exame da situação da Mata Atlântica pós-mineração (um ponto de inflexão na história da devastação desse bioma), atesta-se o seguinte:

É claro que a floresta não tinha sido transformada em capital, pelo menos não em capital localmente acumulado. Os escritórios governamentais, os fortes, as igrejas e conventos do Rio de Janeiro, a zona de mineração e uma única estrada não pavimentada que os conectava era tudo o que de substantivo se poderia considerar como o resultado destes cem anos de esforços que sacrificaram tantas vidas e tanta floresta.⁵⁰

Mas, apesar do sentido de todos esses “esforços” ser o acúmulo de capital na metrópole – e não, naturalmente, na colônia –, nem mesmo este objetivo havia sido alcançado. A princípio, este fenômeno poderia ser explicado por causas externas, nomeadamente, as demandas do nascente capitalismo industrial britânico:

Um levantamento de um século de melhorias no estoque de capital social de Portugal talvez fornecesse justificativa para o desperdício de recursos que a Mata Atlântica sofrera, mas isso parece discutível. Será que uma proporção significativa da crescente riqueza britânica derivava de suas relações comerciais nitidamente assimétricas com Portugal, de seu financiamento do tráfico colonial de Portugal e de sua conseqüente extração de grande parte do ouro cobiçado? Se derivava, então [...] estava[-se] observando as conseqüências de uma relação [...] e a esterilidade da destruição da floresta pode ser atribuída, portanto, como muitos o fazem, ao colonialismo e ao capitalismo.⁵¹

Mas Dean não se contenta com a “conveniência dessa explicação e o apelo que ela faz a um sentimento universal pela justiça”. Para ele, o que está em

questão é “a efetividade e a eficiência com a qual se empregam recursos escassos, a habilidade que participa de sua transformação e a validade dos usos para os quais são empregados”. Haveria, nesse sentido, fatores internos que não devem ser negligenciados:

[...] existem muitas evidências de que a autoridade real era obedecida apenas quando convinha aos colonos. As autoridades coloniais, na verdade, não raro se mostram mais esclarecidas e progressistas que seus governados em relação à exploração da natureza. Além disso, outros exemplos históricos demonstram que as colônias não estão necessariamente condenadas a níveis de formação de capital inferiores aos de suas metrópoles, e pode-se encarar a resistência às demandas do imperialismo como uma dinâmica histórica tão compulsória e determinante na formação de Estados e nações quanto o próprio imperialismo.⁵²

Onde estaria, então, o *primum mobile* da ineficiência ecológica? Fica muito claro pela leitura dos capítulos 3, 4, 5 e 6 de *A Ferro e Fogo* (aqueles que cobrem diretamente o período colonial) – e a alusão aos “recursos escassos”, um pressuposto fundamental da micro-economia neoclássica, apenas vem confirmar isso – que o problema da perdularidade advinha, na visão de Dean, de um defeito congênito do capitalismo luso-brasileiro: a imprevidência generalizada que esteve na base da formação da nossa cultura econômica, algo exatamente antipodal à frugalidade circunspeta tão cara à mentalidade protestante, germe do genuíno espírito capitalista. No jogo de forças entre colônia e metrópole, prevaleciam os desígnios internos e o “o império se fundava solidamente nos desejos imediatos e predatórios dos colonos neo-europeus”.⁵³ A compreensão da formação sócio-ecológica colonial brasileira passa, então, obrigatoriamente, pelo “entendimento da construção de uma forma peculiar, extrativa, de capitalismo, na qual o estoque de capital é totalmente *in natura*, preexistente à ocupação neo-européia, e rapidamente dissipado”. E o autor continua, arrematando: “Ousaremos chamar isto de capitalismo, ou se trata de capitalismo pelo avesso?”⁵⁴

Eu ousaria reconhecer, aqui, uma verdadeira teoria psico-sociológica da perdularidade ecológica colonial. Embora não descarte os elementos estruturais – como a utilização do conceito de capitalismo comprova –, Dean claramente mostra-se um discípulo de Sérgio Buarque quando desenvolve sua narrativa da tragédia brasileira.

Contra o pano de fundo desse tema [a destruição da Floresta Atlântica], ele desenrola a história do Brasil, uma história crítica da exploração econômica, às vezes por necessidade, mas quase sempre pela ganância irrefreável com pouca ou ne-

*nhuma preocupação com a mata – símbolo, no Brasil, do atraso, do sub-desenvolvimento, do selvagem.*⁵⁵

Esta descrição de Schwartz não poderia ser mais esclarecedora da essência teórico-metodológica da obra de Dean. O reino da “necessidade”, isto é, o peso das demandas das estruturas político-econômicas sobre as decisões sociais é, em Dean, deveras diminuto. “A história, para Dean, era sempre ação humana e nunca determinada por estruturas ou contextos”.⁵⁶ Por isso, quase sempre era a “ganância irrefreável com pouco ou nenhuma preocupação com a mata” que explicava a atitude imprudente dos colonos frente aos recursos florestais. É a partir deste princípio que Dean constrói, de baixo para cima, seu conceito de “capitalismo extrativo”.

Neste ponto, a pergunta que desejo fazer é a seguinte: de que modo a carga ideológica inevitavelmente acoplada ao uso do conceito de capitalismo pode enviesar a interpretação da realidade econômica e ecológica da colônia brasileira? É imprescindível pontuar que a mais recente epistemologia micro-analítica nos ensina a questionar as categorias históricas “prontas”, esses pacotes interpretativos monolíticos que necessitam apenas de dados empíricos corroborativos para lhes dar a devida aparência de concretude.⁵⁷ Nesse sentido, faz-se mister ter em mente que a conclusão de que a economia colonial foi ineficiente no aproveitamento dos recursos ambientais disponíveis foi construída de acordo com os parâmetros do que deveria ser o “ótimo” de uma economia capitalista – ou proto-capitalista. Mas e se incorporássemos os achados da nova história econômica colonial – achados estes que desenham o quadro de uma economia cuja reprodução estava longe de se encontrar auto-regulada, mas sim fortemente ancorada sobre *relações de poder*?

Seguindo a orientação substantivista da escola polanyiana, o que essa nova história mostra é que, para os agentes coevos, o agenciamento econômico era um meio, e não um fim em si mesmo; não havia uma esfera de motivação econômica individualizada. Considerando os efeitos da circularidade cultural, observamos que o chamado “ideal aristocratizante” permeava a ideologia de toda a sociedade colonial. A alta disseminação da propriedade de cativos pelo tecido social mostra como esse ideal alinhava-se *pari passu* ao escravismo, enquanto a alta concentração dessa mesma propriedade nos aponta para uma sociedade na qual o principal objetivo da renda extraída ao escravo não é a reprodução ampliada do capital, mas a reiteração da diferença socioeconômica entre a elite escravocrata e todos os outros homens livres, isto é, a reiteração do mecanismo produtor do poder.⁵⁸

O mais importante, aqui, contudo, é perceber as derivações desse fato no que tange ao grupo que controlava a reprodução da economia, isto é, os grandes comerciantes. Para estes, o desejo de afastar-se do mundo trabalho e, mais ain-

da, o desejo de controlar terras e homens conduzia a um investimento em *status*, e não em produção material. E é exatamente neste ponto que encontramos o maior empecilho à aplicação *tout court* do conceito de capitalismo à realidade colonial brasileira. Recorramos ao pensamento clarividente de Immanuel Wallerstein. Segundo ele, do ponto de vista histórico, a existência de *capital* (isto é, o estoque de bens consumíveis, maquinário, e/ou demandas reconhecidas de coisas materiais que se expressam sob a forma de dinheiro), por si só, não define um sistema social capitalista. É preciso que essa acumulação dos resultados do trabalho passado seja usada (investida) de maneira especial, tendo como intenção primordial a auto-expansão. “Nesse sistema, o que se acumulou no passado só é ‘capital’ na medida em que seja usado *para acumular mais da mesma coisa*.”⁵⁹

Não era esse o caso dos agentes econômicos coloniais – pelo menos não majoritariamente. Pode-se admitir que a acumulação *da mesma coisa* (capital-dinheiro) era realizada, sim, mas somente até certo ponto. A partir daí, era comum que se redirecionasse os “investimentos” para outra dimensão da vida social, a saber, a aquisição de prestígio político e cultural (compra de propriedades rurais, escravos, títulos, alianças matrimônias com membros da nobreza da terra), estes sim, verdadeiros parâmetros de avaliação do caráter de um indivíduo ou família perante o *corpus* social mais abrangente. Não surpreende, neste contexto, que a *esterilização do excedente* e a *escravidão* constituíssem traços estruturais e interdependentes dessa economia, traços esses que permitem redefinir a questão da perdularidade ecológica.

Sabe-se que, por si mesma, uma economia marcada pela hegemonia do capital mercantil esteriliza enorme parcela do excedente produzido.⁶⁰ E o que, em termos ecológicos, significa a *esterilização do excedente*, senão um fluxo unilateral de matéria (elementos químicos) e energia para fora dos ecossistemas domesticados, um déficit permanente que impõe uma renovação dos estoques de nutrientes baseada num avanço sem-fim sobre novas terras e novas matas? Não obstante, isso não significa, em absoluto, que algum tipo de “riqueza social” não fosse produzida a partir da “riqueza florestal”. A fronteira agrária faminta (re) alimentava não a produção – pelo menos não preponderantemente – mas assegurava a manutenção de uma sociedade cuja extrema desigualdade baseava-se na distinção étnico-social. Quando menciona os “escritórios governamentais, os fortes, as igrejas e conventos do Rio de Janeiro, a zona de mineração e uma única estrada não pavimentada que os conectava” como as únicas expressões de conversão do capital *in natura* contido na floresta em capital social, Dean considera apenas o *valor agregado ao solo* (capital fixo) – eminentemente pela Coroa e pela Igreja – e esquece, imperdoavelmente, de contabilizar a principal forma de riqueza de giro encontrada na economia colonial: os escravos africanos ou

afro-descendentes.⁶¹ Embalado pela crítica apaixonada a um sistema de trabalho no qual “a conservação da vida humana era irrelevante”, o historiador norte-americano inevitavelmente acaba por identificar a escravidão também a uma completa irrelevância atribuída à conservação dos recursos ambientais⁶²:

É impossível calcular a extensão do impacto de um regime de trabalho agrícola escravo sobre a região de florestas do sudeste do Brasil; identificar esse impacto, porém, não é difícil. O afluxo desse grande contingente em si mesmo requeria áreas muito mais vastas para culturas de subsistência. Esses recrutados permitiram excluir os lavradores nativos itinerantes em regime de subsistência e os pequenos produtores de safras comerciais do comércio exportador, que os fazendeiros reservavam para si mesmos. Impossibilitavam, por outro lado, atrair para o Brasil um número significativo de trabalhadores imigrantes livres, o principal meio pelo qual o governo esperava transferir as práticas agrícolas mais intensivas da Europa para a atrasada colônia emancipada. O mais prejudicial eram as técnicas inevitáveis ao funcionamento das plantações escravistas. Constantemente movidos pela ‘escassez de mão-de-obra’, da qual a causa última era a expansão especulativa dos plantios e a recusa de uma força de trabalho escrava em trabalhar mais intensamente do que a chibata podia insuflar-lhes, os fazendeiros se envolveram em uma forma de agricultura tão exploradora que mal merece o nome de agricultura. Era inerentemente predatória: não podia ser intensificada e se expandia ao longo de uma fronteira de recursos até exauri-los.⁶³

Mas o escravo, em si mesmo, não era uma riqueza? Se não o fosse, como poderia trabalhar para destruir algo? Independentemente da validade empírica de sua hipótese mais polêmica – a de que os negros africanos foram originalmente introduzidos, no Brasil, como meio de liquidação monetária –, é inevitável concordar com Jorge Caldeira em sua afirmação de que os escravos eram, juntamente com a terra, os principais ativos da economia, ao mesmo tempo fonte de formação e aprisionamento de todas as fortunas rústicas. Como as opções de investimento, devido à falta crônica de numerário, eram restritíssimas, o destino do sobre-trabalho escravo era sempre o de realimentar o sistema extensivo, requisitando e/ou ocupando mais terras, donde eram necessários mais cativos:

A importação maciça de africanos [...] do ponto de vista interno da Colônia implicava crescente agravamento das condições iniciais de falta de liquidez. Com a fortuna dos agentes aumentando em termos não-monetários (um patrimônio elevado mais dificilmente conversível em moeda, formado por engenhos e escravos, com apenas uma parte teoricamente conversível, o açúcar), e,

mais ainda, aumentando em proporção maior que a moeda em circulação, seria inevitável o aumento das dificuldades para transformar a fortuna em dinheiro. Em outras palavras, [...] os brasileiros eram ricos, mas o dinheiro era uma miragem.⁶⁴

Neste quadro, a posse de escravos – malgrado todos os riscos relativos à alta mortalidade negra – constituía-se num importante signo de reserva de valores.⁶⁵ Argumentando nessa direção, F. H. Cardoso propôs um equivalente para a expressão típica de toda a documentação colonial e imperial brasileira, qual seja, a “deficiência de braços”. “Esta ‘deficiência de braços’ era, realmente, uma deficiência de capitais”, diz ele. Ter escravos, portanto, significava não somente ter trabalhadores à disposição; significava também ter capital, excedente acumulado ou, em outras palavras, “reinvestir, sob a forma de mão-de-obra escrava, o excedente gerado por seu trabalho”.⁶⁶ Ao baratear sobremaneira a mão-de-obra, o tráfico atlântico permitia a superexploração do escravo, facilitando sua rápida substituição e diminuindo, assim, o intervalo entre o desembolso de recursos para a compra e o seu pagamento. Desse modo, as fases de expansão econômica elevam exponencialmente a velocidade de rotação do capital, compensando a lentidão da amortização da escravaria verificada nos períodos de retração do comércio externo.⁶⁷

Ademais, conforme o próprio Dean comentou em passagem reproduzida acima, “as colônias não estão necessariamente condenadas a níveis de formação de capital inferiores aos de suas metrópoles”. De fato, é o que a nova historiografia econômica tem mostrado para o caso brasileiro, principalmente a partir do século XVIII. O Brasil produzia muita riqueza e – o que é mais importante –, retinha uma parte bastante significativa dela. A principal forma na qual se consubstanciava essa grande quantidade de valor retido era exatamente a mercadoria humana. Para se ter uma idéia, no início do século XIX, quase 40 por cento da população brasileira era composta por escravos negros e mulatos⁶⁸, o que equivale a dizer, em última análise, que dois quintos do contingente demográfico colonial era composto de homens e mulheres que, em si mesmos, representavam repositórios de valor mobilizável e reproduzível, tanto biológica quanto financeiramente. Sabe-se como era comum, no meio urbano, a prática de se comprar um escravo e “pactuar” uma série temporal de pagamentos contra a sua alforria, uma forma de geração de riqueza que constituía uma espécie de “proto-aplicação financeira”. O crescimento da população servil é, desse modo, um excelente indicador da prosperidade de uma cidade num regime escravista.⁶⁹ Sem embargo, para uma postura etnocêntrica, “verde”, política e moralmente correta como a de Dean, assumir este fato seria completamente impensável.⁷⁰

Neste sentido, apesar de apresentar seu livro como a história de um “encontro [do homem] com o mundo natural”, não creio que Dean tenha conseguido

ultrapassar o tipo de historiografia que ele mesmo critica: “histórias de um breve momento na passagem das nações pela experiência da ‘fronteira’”.⁷¹ O Brasil, para Dean, resume-se, sim, a uma enorme “fronteira” conformada por uma mentalidade coletiva imprevidente e destruidora avançando sobre uma natureza idílica e vitimizada. Esse processo fronteiriço, no entanto, nada tem de “breve”; ele está ancorado sobre uma sociedade cuja verdadeira “estrutura de sentimento” é composta pelo desleixo, pela “visão de curto prazo”, pela perdularidade irresponsável. Realmente, conforme lembrou Linda Lewin, Dean levou às últimas consequências a injunção bem-humorada de Capistrano de Abreu de que a história do Brasil podia ser reduzida a “papagaios, pau-brasil e escravos”, embora eu acredite que este último dificilmente “aplaudiria de forma entusiástica” após a leitura de *A Ferro e Fogo* – conforme argumenta Lewin.⁷²

2.2. S. W. Miller e a micro-economia da contra-produção

Pouco mais de dois anos depois da publicação de *With Broadax and Firebrand* (título original de *A Ferro e Fogo*), S. W. Miller defendia sua tese de doutoramento na universidade de Columbia. Considerando-se que Dean já vinha publicando seus resultados parciais de pesquisa, principalmente na *Environmental Review* (hoje *Environmental History*), pode-se vislumbrar a influência desses escritos na obra de Miller. Aceitando a premissa básica de Dean segundo a qual a história florestal brasileira – como, de resto, toda e qualquer história florestal “corretamente entendida”⁷³ – foi uma história de destruição, Miller desloca, contudo, a discussão da esfera do “porque (e como) foi desmatado?” para a do “para quê foi desmatado?”. Buscam-se, portanto, as consequências econômicas do processo de desflorestamento.⁷⁴ Neste sentido, nada mais razoável do que investigar o aproveitamento primário de uma paisagem florestal em decomposição, qual seja, o da sua madeira.

Publicado como livro pela editora da universidade de Stanford, *Fruitless Trees* veio constituir um louvável primeiro esforço de desbravamento que logrou abrir o filão historiográfico da indústria madeireira colonial no Brasil.⁷⁵ Depois de pesquisar em arquivos e bibliotecas principalmente do Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba e Pernambuco (além de escarafunchar, embora por um período curto, o Arquivo Histórico Ultramarino e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa), Miller burilou uma teoria que convenciono chamar de “entrave monopolístico estatal”. Basicamente, ela estabelece uma relação de causalidade direta entre uma legislação florestal portuguesa altamente coercitiva e um desflorestamento que não se aproveitou do valor-de-troca da biomassa não-carbonizada para a geração e acumulação de capital. Para Miller, o “conservacionismo” luso acabou por atuar no sentido contrário, isto é, incentivou os desmatamentos não-produtivos, na medida

em que dificultou o aproveitamento comercial das madeiras pelos próprios fazendeiros, estimulando com isso a queima pura e simples das matas:

[...] colonial forest policy declared that Brazil's best trees, whether rooted on public or private land, held neither present nor future value for the colonists, for they were exclusive property of the king. Hence, the opportunity cost of slashing and burning the forest was almost nonexistent: one could expect no immediate returns while waiting for exhausted soils to recover, and there was no legal opportunity to turn the forest's trees to personal profit. Hence there are no examples of private conservation. One lost nothing and gained much by the destruction of the forest. The abundance of forested soils and timber's declared value of zero to the populace were the real incentives to cut it down and set it afire – of not just deforesting it, but destroying it. Due to the crown's unparalleled monopolization of timber resources, which it justified as conservation policy, timber trees remained obstacles to the pursuit of prosperity in Brazil, rather than serving as vehicles to that end, as they had in North America and elsewhere.⁷⁶

Embora parta de uma orientação teórica diferente, S. W. Miller segue essencialmente a mesma linha ideológica de Dean⁷⁷, isto é, a crítica do *colonialismo mercantilista* e a apologia – aqui muito mais explícita – do capitalismo bem construído (leia-se “mercado auto-regulável”). O que muda em sua estratégia argumentativa é apenas a característica estatal responsável pela “tragédia” da devastação das florestas costeiras – o que, de certo modo, muda o seu próprio sentido: se, para Dean, trata-se da espetacular e inaudita “imprevidência” e da “visão de curto prazo” da administração portuguesa – mas que acabava alastrando-se, como um câncer, para todo o corpo da sociedade civil –, para Miller, o problema está na profusão regulamentadora do governo colonial, expressa por procedimentos fiscalistas e, principalmente, monopolistas:

The destruction in Brazil was uncommon as a direct consequence of Portuguese Forest policy, which provided no incentives for conservation, few opportunities for timber profits, and every stimulus for landowners to destroy what, by decree, did not belong to them. Nearly all civilizations have destroyed their forests to some extent. What made Brazil peculiar was that she literally destroyed her trees. Deforestation is a tragedy; deforestation is an unmitigated disaster if little or no benefit is taken in the process. The Brazilian, for the most part, neither harvested nor exploited Brazil's high-quality timber trees, but annihilated them. And royal monopolization explains the colonist's motives for doing so.⁷⁸

Para Miller, então, não importa o desalojamento da floresta *per se*, mas sim os benefícios econômicos que esse desflorestamento proporciona à sociedade que se engendra nesse avanço de fronteira. A devastação ambiental, de resto inevitável, deve oferecer uma contrapartida em termos de crescimento econômico, ao menos potencial. Neste processo, o Estado, ou melhor, *a ausência dele*, deve desempenhar um papel fundamental; cabe à livre-iniciativa, e somente a ela, regular o uso dos recursos, permitindo que se estabeleça um mercado competitivo para os produtos florestais e, conseqüentemente, a formação de capital a partir dessas transações. Obviamente que o modelo histórico subjacente, aqui, é o norte-americano, a partir do qual é feita a comparação com o caso brasileiro:

On the two-way street of humanity's relationship with the environment we have given close attention to human impact, but too little to the environment's rebounding influence. Painting broadly, the impact of westerns on the forests in North America and in Brazil exhibits little difference. But it is in the impact of the environment on the economy, the return relationship, that a real difference is noted. One economy took considerable benefit from the destruction. The other very little.⁷⁹

A premissa neoclássica subjacente é a de que a privatização das florestas, trazendo consigo o direito de lucro futuro, provê o estímulo fundamental para que os madeireiros criem uma mentalidade econômica que associe a taxa atual de corte e o valor da madeira num cenário futuro. Em outras palavras: num mercado eficiente de produtos florestais, o preço reflete perfeitamente toda a informação necessária.⁸⁰ De fato, estudos empíricos podem demonstrar a pertinência deste postulado em situações de paisagens florestais temperadas (leia-se biogeograficamente homogêneas), tecnologia de produção em massa, demanda madeireira diversificada e ampliada pelo desenvolvimento industrial e, principalmente, *apropriação territorial diretamente taxada pelo Estado*.⁸¹ Fica muito difícil defender a existência de qualquer um desses fatores no Brasil colonial.

De mais a mais, dizer que a maior economia colonial americana até o século XVIII⁸² não tirou proveito da destruição florestal é, no mínimo, leviano. A maior falha de Miller é, no meu entender, não considerar, em momento algum, as diferenças marcantes na dinâmica de reprodução social existentes entre os Estados Unidos e o Brasil, diferenças essas que começam mesmo nas respectivas sociedades européias de cuja expansão essas sociedades advieram, bem como em seus projetos colonizadores. Parece-me que a questão não é, absolutamente, se a economia brasileira produziu capital internamente ou não, mas sim como esse capital era “aplicado” ou, em outras palavras, como a renda era alocada. Dependendo das motivações sociais e políticas dos agentes gerenciadores dos

mecanismos de acumulação, uma floresta pode se transformar numa estrada ou num pelourinho, num moinho ou numa senzala – todas estas incontestes manifestações de *riqueza*, a única diferença sendo a matriz cultural a partir da qual elas são percebidas e valoradas.⁸³ O trecho a seguir, de autoria de Arthur Soffiati, é bem esclarecedor deste amplo espectro de possibilidades de destinações da renda extraída à conversão florestal:

Não há dúvida de que a exploração florestal predatória foi uma das maiores fontes de recursos monetários do norte-noroeste fluminense. Recursos muito desigualmente distribuídos, diga-se passagem, e nem sempre retidos na ecorregião. [...] Os frutos da venda de lenha e de madeira [...] concentravam-se nas mãos dos médios e grandes proprietários rurais, que podiam investi-los na aquisição de mais terra, no crescimento da lavoura e da pecuária, na compra de engenhos e de alambiques ou na manutenção e modernização desta indústria. Podiam também sustentar modos de vida ostentatórios ou acabar nas mãos de comerciantes e agiotas. Por fim, podiam transferir-se para outras regiões dentro e fora do país.⁸⁴

Esse cálculo econômico-ecológico da conversão florestal deve incorporar, portanto, um importante componente cultural. Mesmo que os processos de “recursoalização” da floresta sejam conduzidos por agentes que operam dentro de uma racionalidade econômica *instrumental*, não devemos nos deixar seduzir pela *forma*, posto que seja o *conteúdo*, isto é, a *motivação*, que nos interessa. Isto implica “reconhecer diferentes formas de apropriação, ligadas a diferentes modos de vida e visões de mundo, de diferentes indivíduos e grupos, com diferentes formas de interação e diferentes identidades”.⁸⁵ Se a *existência* da floresta, enquanto entidade fisionômico-paisagística, materialidade geográfico-natural, não deve ser desvinculada dos significados que as diversas sociedades lhes conferem, por que a sua *transformação* deveria? Enquanto ação social, esse processo deve ser estudado de um ponto de vista substantivo, atento às lógicas cognitivas historicamente circunscritas dos atores que a peformatizam.

A historiografia econômica brasileira incorporou essa premissa já faz algum tempo, graças à poderosa tendência, verificada na última década, de uma abordagem da economia colonial fortemente influenciada por autores como Marcel Mauss, Karl Polanyi e Giovanni Levi. Com efeito, esses aportes teóricos chamam a atenção para noções como reciprocidade e economia do dom, ensejando uma re-interpretação do Antigo Regime nos trópicos.⁸⁶ Nesta nova abordagem metodológica, procura-se abordar os grandes problemas que permeiam o sistema econômico – geografia, tecnologia, regulamentação administrativa, estrutura das empresas e modos de exploração, práticas comerciais – a partir dos *atores* e das *redes de*

solidariedade social, muitas delas baseadas em relações que se situam “fora” da esfera econômica, como as parentais, políticas, etc. A intenção é captar o agenciamento econômico dos indivíduos dentro do quadro mais amplo das motivações culturais pertinentes a uma sociedade e a um tempo específicos, evitando modelos e categorias históricas “prontas” – como “capitalismo”.⁸⁷

Esta última, equivalendo à existência de um *mercado auto-regulado*, dificilmente pode ser aplicada ao Brasil pré-industrial. Nessa sociedade predominantemente estamental, a riqueza material estava subordinada à *qualidade* social e política, às formas de pertencimento cultural e étnico. Não faz muito sentido falar em “acumulação capitalista”, já que indivíduos e famílias muito freqüentemente enriqueciam sem que isso levasse necessariamente a uma mudança no estilo de vida (leia-se padrões de consumo, “investimento” e “poupança”).⁸⁸ Uma relativa inércia das identidades culturais respondia por uma dinâmica de reprodução econômica que tendia a *manter* os mecanismos sociais vigentes produtores da desigualdade (posse de terra e homens) – e não transformá-los, como requereria a hipótese capitalista, adequando-os a uma nova “lógica” de exclusão social, no caso, através da criação de um mercado de trabalho universalizado no qual a extração de mais-valia ao trabalhador livre apropriado constitui a base da dinâmica de dominação e controle social.

3. A emergência de uma visão “interacionista” e “circunspetamente antropocêntrica”

A linhagem de pensamento cujas bases procurei delinear nas páginas precedentes vem sendo significativamente desafiada, nos últimos anos, por alguns historiadores ambientais que não consideram provável que a história brasileira tenha se desenvolvido como um processo de depredação florestal simples, linear e sempre crescente.⁸⁹ Embora ainda poucos, dispersos e mal-conectados, esses escritos tem, mesmo que às vezes implicitamente, um elemento teórico comum: a busca de uma concepção *interacionista* de história ambiental. Ela entende o “mundo” como um irreversível e caótico devir histórico-geográfico, um processo metabólico que coloca em relação, através de mecanismos de distribuição e dissipação de energia, toda a matéria e todo o conjunto das formas de vida, conjunto este que, no decorrer do tempo, alargou-se para incluir o homem – e, neste contexto, ele pode ser considerado como uma espécie excepcionalmente bem dotada. A presença do homem na face da Terra muda completamente o sistema do mundo pelo fato de ser ele – o Homem – a única criatura capaz de ação reflexiva. É em torno do homem que o sistema da natureza conhece significados e, por conseguinte, valorizações.⁹⁰

Mas, se houve uma exponencial *expansão qualitativa* das virtualidades dos sistemas vivos com o advento da faculdade simbólica e da aprendizagem social, não podemos negar que houve, concomitantemente, uma tremenda *retração quantitativa*

va do espectro biosférico, conforme se alarmou, há pouco tempo, na abertura da 8ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU. “A mais acelerada extinção em massa da história da Terra”, foi o parecer de sete entre 10 biólogos sobre a história da presença humana no planeta. Mas a questão central, aqui, é muito simples: poderia ter sido de outra forma?

Acredito que os criadores da biologia da cognição, Humberto Maturana e Francisco Varela, podem nos fornecer uma excelente pista para responder a essa pergunta: “Sem dúvida [...], estamos num mundo. No entanto, quando examinarmos mais de perto como chegamos a conhecer esse mundo, descobriremos sempre que não podemos separar nossa história das ações – biológicas e sociais – a partir das quais ele aparece para nós”.⁹¹ Numa frase curta, grossa e simples: só nos foi possível chegar a conhecer todo o “mal” que fizemos e ainda podemos fazer ao planeta *porque já o fizemos*. A cultura humana foi se expandindo e complexificando, ao longo do tempo, à custa de ações e experimentações com o variado mundo que envolvia os indivíduos de nossa espécie. Se hoje sabemos que não devemos atear fogo nas matas em condições de muito vento e pouca umidade, é porque já incendiámos, no percurso, muita floresta boa. Não podemos cometer o erro de subestimar a importância do método de tentativa-e-erro na construção das heranças culturais. Tudo se passa – sim, ainda hoje, ou como mais poderiam ser vistos os ratos de laboratório? – mais ou menos como na divertidíssima sátira de Lewis sobre a invenção do arco e da flecha:

[...] certo dia Papai me chamou, dizendo: “Tenho algo para você, rapaz”, e imediatamente percebi, pelo triunfo mal disfarçado em sua voz, que estávamos metidos em uma encrenca séria. Eu o segui a um ponto da mata consideravelmente distante, até atingirmos uma clareira.

– Minha modesta oficina – Papai falou, fazendo um gesto abrangente com a mão, orgulhosamente modesto.

Vi pilhas bem-feitas de madeira, medindo cada peça entre um e dois metros, todas cuidadosamente rotuladas com folhas de diferentes árvores. Estavam dispostas em série.

– Deu muito trabalho – Papai disse. – Comecei com a cânfora, esta aqui, e prossegui com oliveira, pau-rosa, pau de cheiro, sândalo e outros aromáticos, vários tipos de lenha, e assim por diante. Tentei com ébano, mogno e teca. O bambu deu início a tudo, claro, mas, fora a idéia básica, não ajudou em nada. Um material inútil. Talvez tenha futuro na construção civil, mas eu simplesmente o detesto. Tentei figueira, pau-ferro, castanheira e até acácia. Mas só quando descobri o teixo topei com um material realmente promissor. Daquele dia em diante, concentrei-me no teixo. Quando está muito verde não tem elasticidade e, quando fica velho, quebra. É preciso esco-

lher um pedaço com a consistência exata. Ele melhora com o tempo, mas devo dizer que estou apenas no início das pesquisas. [...] Para as flechas, qualquer madeira boa, reta e leve serve; por exemplo, sândalo. Evite as mais pesadas: apesar da boa penetração, encurtam o alcance.

– Do que está falando, afinal de contas? – perguntei depois de algum tempo.

– Arco e flecha – Papai disse simplesmente.⁹²

Quantas árvores não foram derrubadas “à toa” para que se chegasse às espécies adequadas a esse instrumento tão importante na história humana? Segundo apontou David Harvey, a imagem da *destruição criativa* é crucial para a compreensão das transformações na mentalidade e na materialidade que caracterizaram a ascensão do período moderno, “precisamente porque derivou dos dilemas práticos enfrentados pela implementação do projeto modernista”. “Afinal”, continua Harvey, “como poderia um novo mundo ser criado sem se destruir boa parte do que viera antes?”⁹³ O espírito da Época das Luzes incorporava, em sua mais profunda essência, a ruptura com o passado clássico que se manifestava, no plano da percepção espacial, pelas reminiscências de um ambiente bucólico e arcádico, simbolizando uma *matéria* que deveria ser necessariamente transformada em *obra-prima*, progresso da humanidade instrumentalizado pela razão universal do iluminismo.

Não é por acaso, creio, que pensadores modernistas da ecologia humana colocassem em relevo a inexorabilidade da destruição criativa em suas teorias sobre as relações do homem com o seu meio ambiente. Na passagem do século XIX para o seguinte, Paul Vidal de La Blache fundava a escola francesa de geografia sobre a idéia de que destruição e criação ambiental eram dois lados de uma mesma moeda: a ação humana sobre a superfície terrestre.

Para constituir os gêneros que o tornam independentes das probabilidades de alimento cotidiano, o homem teve que destruir certas associações de seres vivos para formar outras. Teve que agrupar graças a elementos reunidos em diversas partes sua clientela de animais e plantas, para se fazer assim ao mesmo tempo destruidor e criador, isto é, para executar simultaneamente os dois atos nos quais se resume a noção de vida.⁹⁴

Seguindo esta orientação, Jean Brunhes, discípulo direto de Vidal, insistia que toda atividade de alteração ambiental devia ser analisada sob um prisma bidimensional. Toda ação geográfica, mesmo as temíveis “economias de rapina”, têm uma contrapartida, ou seja, toda *economia destrutiva* possui uma *significação construtiva*, segundo suas próprias palavras.⁹⁵ Ela pode não se materializar na mesma região, ela pode não se materializar como bem econômico, ela pode até mesmo não se materializar *em absoluto*, mas a construção social (de valores

morais, políticos, estéticos, etc.) certamente está lá, muitas vezes como uma “herança imaterial” acabrunhada em algum novelo mais apertado de preconceitos tacanhas. Não se trata, neste sentido, de escrever uma história “verde” ou “cinzenta” do mundo, mas sim de uma história verdadeiramente multicolor e caleidoscópica, onde a nuance seja o único padrão perseguido.

Enquanto é razoavelmente fácil para os ativistas ambientais criticar, de um ponto de vista mais abstrato e filosófico, abordagens antropocêntricas na esfera político-institucional, é muito difícil, para os intelectuais, conceber uma modalidade não-antropocêntrica de historiografia ambiental. Bastaria lembrarmos que os estudiosos atuantes nesse campo dependem, em larga medida, de *fontes documentais*. Artefatos culturais que são – isto é, experiência social materializada por seres humanos como herança para a informação de outros seres humanos –, seu uso heurístico redundante, quase automaticamente, numa visão antropocêntrica do mundo. De mais a mais, os movimentos ambientalistas eles mesmos podem ser concebidos como “circunspetamente antropocêntricos”; no discurso desses agentes, onde se lê amiúde “natureza” e “ambiente limpo”, entende-se, em última instância, “saúde e felicidade humanas”.⁹⁶

Aqui reside o significado da expressão qualificativa “circunspetamente antropocêntrico”. Se, por um lado, conforme sempre gostam de nos lembrar, o homem é apenas uma dentre bilhões e bilhões de espécies de seres vivos existentes na Terra – e, mais ainda, algo de tão curta duração que “quase certamente não seria descoberto por registro fóssil”⁹⁷ –, por outro, não podemos deixar de notar (sic!) que, assim como o universo social de cada pessoa não faz o menor sentido sem ela (enquanto *eu* individual), toda esta vastidão de planeta azul, por mais bonita que pudesse ficar, não teria a menor graça sem a nossa presença enquanto espécie, ou melhor, enquanto *civilização*, *inter-subjetividade cognoscente*. Além do que – e isto *não* nos é lembrado com muita freqüência –, o que corre perigo com a atual “crise ecológica” não é, de forma alguma, o planeta; ele já existia quando “chegamos” e, muito provavelmente, continuará a existir por muito, mas muito tempo depois que “formos embora”, façamos o que fizermos com ele. Nem mil bombas nucleares podem destruí-lo. O que está em jogo são as sociedades humanas tal como as conhecemos e vivemos contemporaneamente, isto é, nossas preferências alimentares, práticas de higiene, modelos industriais, formas de lazer e entretenimento... enfim, de todo o nosso *modus vivendi* institucionalizado. E é esse *paradigma civilizacional* (o alto capitalismo), e não a *humanidade em si*, o responsável pela crise.⁹⁸

Neste ponto, há que se ressaltar que a preocupação quase exclusiva com as facetas destrutivas, manifestada, nas últimas duas décadas, pelos historiadores ambientais tem as suas razões de ser. Por um lado, há os efeitos colaterais de

um claro estranhamento temático. Avançando sobre territórios que não lhe são familiares, os historiadores fazem como os exploradores de outras culturas, “começam com uma espécie de imagem negativa daquilo que estão procurando”.⁹⁹ Por outro lado, há o mais óbvio e, sem dúvida, mais importante: a vinculação originária da história ambiental com os movimentos ambientalistas contemporâneos. Tendo isto em vista, deve-se remarcar que uma história ambiental de orientação “interacionista e circunspetamente antropocêntrica” não representa uma irresponsabilidade política – como podem achar alguns –, nem tampouco uma ruptura com alguns compromissos éticos da maioria dos movimentos sociais com viés ambiental. É, sim, uma tentativa de redimensionamento das relações destes com o empreendimento acadêmico que se convencionou chamar de história ambiental, bem como de alargamento e formatação dos horizontes epistemológicos desta disciplina que se forma. Faço minhas as palavras de Ely B. de Carvalho: “Procurar definir melhor projetos de como deveria ser nossa memória social equivale a mapear as múltiplas utopias que motivam o movimento ambientalista. Neste sentido, o número de passados desejados equivale ao número de futuros”.¹⁰⁰

Nestes novos termos de diálogo, ganham tanto a reflexão acadêmica como o ativismo político. Para a primeira, afasta-se o risco de se imiscuir num debate panfletário e imediatista; ou pior, o de oferecer-se, de forma não-consciente, como instrumento autorizado para a defesa de interesses de classe escondidos por trás de expressões-chave como “questão ambiental”. Para o segundo, uma concepção mais nuançada e complexa dos processos ambientais pode trazer mais maturidade, pois sugere a necessidade de repensar a(s) “causa(s)”. Uma reformulação sincera dos argumentos em torno da importância e do valor da *humanidade*, aproximando o ambientalismo das demais formas de contestação do atual modelo econômico socialmente perverso (o novo socialismo, o trabalhismo, o cooperativismo, as mobilizações camponesas com forte identidade local, os humanismos de diversos matizes, etc.) pode, por efeito de sinergia, amplificar a voz política de todos esses agentes. Acredito que, colocada desta forma, a expressão-clichê e símbolo máximo da pós-modernidade *greenpeaceana* – a “questão ambiental” – ganha uma *corpus* político muito mais robusto, com uma capacidade de mobilização social exponencialmente maior e um alcance que permite sensibilizar segmentos mais amplos da sociedade brasileira e global.

4. Considerações finais

No contexto atual brasileiro da crescente multiplicação dos cursos de graduação e pós-graduação e da incrível facilidade de obtenção de capital simbólico pelos detentores do chamado “saber ambiental”, os historiadores têm de estar alertas a um deslumbramento que pode acarretar num abandono dos procedi-

mentos mais fundamentais da construção do conhecimento histórico. A constante crítica historiográfica é um desses alicerces. Repensar o discurso já produzido sobre o passado a partir das demandas sociais do presente é sempre uma tarefa difícil, cheia de encruzilhadas e armadilhas, mas que é indispensável ao desempenho pleno da função social do historiador.

Os autores analisados na primeira seção deste artigo estabeleceram os alicerces do moderno imaginário histórico brasileiro. O interesse desses intelectuais no desvelamento da origem dos problemas político-econômicos da sociedade brasileira de então (décadas de 1930 e 40, principalmente) os levou a adentrar num terreno central na rede de intercasualidades que respondia por aqueles problemas: as relações entre uma sociedade em formação e um território vastíssimo, tanto em termos geográficos quanto ecológicos. Na esteira dessas reflexões, foram burilados conceitos e teorias que, inevitavelmente, acabaram por incorporar um importante componente “ambiental” – claro que do ponto de vista do tempo presente –, conjunto este que convencionei chamar de *noção da perdurabilidade da socioeconomia colonial*. Cruzando as barreiras do tempo, esses conceitos e teorias foram apropriados por historiadores profissionais que, notadamente a partir de meados da década de 1980, viram-se confrontados com a necessidade de contar a história brasileira do ponto de vista da “ecologia”.

Como se sabe, esta palavra foi usada pela primeira vez, em 1858, pelo naturalista norte-americano Henry David Thoreau, ganhando uma acepção propriamente científica somente onze anos depois, pelas mãos do biólogo alemão Ernst Haeckel. Desde então, a ecologia experimentou um duplo e simultâneo desenvolvimento: um, dentro da sociedade civil, como movimento social e outro, dentro da academia, como disciplina científica, sendo que este último aspecto conheceu um desenvolvimento “institucional” – no sentido sociológico mais amplo do termo – mais rápido, a ponto de ser amiúde tido como precedente. Foi essa “ecologia moral”, de raiz eminentemente romântica – evidentemente atravessada por diversas outras orientações ideológicas e demandas sociais concretas – que desaguou em estuário aberto por volta da década de 1970 e, com efeito, estimulou a busca de legitimações no campo das ciências humanas e sociais. A *Environmental History*, não se pode negar, surgiu como braço acadêmico do movimento ambientalista norte-americano, embora também seja verdade que, à medida que amadurecia, tornava-se cada vez mais um empreendimento intelectual desatado de qualquer agenda moral ou política simplista ou única.¹⁰¹

Todavia, este último movimento, no Brasil, ainda se encontra em estágio bastante embrionário. Obviamente que o problema aqui levantado não é o suprimimento de autoridade a interesses de um grupo ou grupos sociais específicos, de forma consciente e circunspeta – o que constitui legítimo e necessário engaja-

mento político dos intelectuais –, mas sim o processo inverso, qual seja, *a busca de autoridade por meio da produção de um conhecimento científico que encontre “utilidade social” rapidamente*, pois, no final, esse conhecimento acaba por ser irresponsavelmente genérico, servindo a quem quer que seja.¹⁰² Com efeito, podemos escrever uma história ambiental do Brasil mais velozmente do que soletrar C-O-N-N-E-C-T-I-C-U-T ou M-A-S-S-A-C-H-U-S-E-T-T-S: basta retirar da gaveta empoeirada aqueles fichamentos de *Raízes do Brasil e Formação do Brasil contemporâneo*, selecionar os trechos adequados, sofisticar os comentários com palavras-chave da moda (“ecossistema”, “recursos naturais”, “resiliência”, etc.), bem como apimentá-los com genuína indignação e *voilà*: o roteiro da tragédia brasileira está pronto.¹⁰³

A pergunta é: é realmente disso que precisamos? Uma mistura bem-equilibrada de melancolia, autocomiseração e demonização de certos atores sociais (do passado)? Se a resposta for não – como eu espero que seja para a maioria dos leitores –, então nosso primeiro passo deve ser revisar cautelosamente a historiografia de estamos fazendo “uso”, contextualizando-a, relativizando-a e avaliando seus limites. Este trabalho que por agora encerro intenta, talvez ingenuamente – só o tempo dirá –, engatar a primeira marcha desse motor revisionista.

NOTAS

¹ Em reportagem de Laura Diniz de 2.06.2004, publicada no sítio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), disponível em http://www.pnud.org.br/meio_ambiente/reportagens/index.php?id01=413&lay=mam

² WORSTER, Donald. “Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história”, *Ambiente & Sociedade*, v.5 (2), 2003, p. 25.

³ Para Dan Flores, “a história ambiental é, de fato, mais antiga do que a nova história social”. Ele cita os exemplos de de E. J. Turner (que aventou com uma hipótese de fronteira darwiniana para explicar a América do Norte), W. P. Webb (autor do célebre livro que mostra como as planícies moldaram a cultura) e J. Malin (um pioneiro na ecologia histórica sistemática). Ver FLORES, Dan., “Environmental History: An Art of People and Place”. *OAH Magazine of History*, v.10 (3), 1996, pp. 3-4.

⁴ WORSTER, Donald. “Para fazer história ambiental”. *Estudos Históricos*, v.4 (8), 1991, p. 199.

⁵ GLEISER, Marcelo. *A dança do universo: dos mitos de criação ao big-bang*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 254.

⁶ DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 1997, p. 20.

⁷ LINHARES, Maria Yedda. “Subsistência e sistemas agrários na colônia: uma discussão”, *Estudos Econômicos*, v.13 (nº esp.), 1983, p. 747.

⁸ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 192.

⁹ CASTRO, Carlos Ferreira de A. *Gestão florestal no Brasil-Colônia*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília-DF: CDS/UnB, 2002.

¹⁰ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

¹¹ Embora não haja dúvidas que poderosas vozes dissonantes vêm ecoando nos últimos anos (como terei a oportunidade de mostrar mais à frente), é impressionante como toda uma leva de estudos muito recentes ainda pode ser caracterizada desta forma. Ver, por exemplo, MARTINEZ, Paulo Henrique. "O sentido da devastação: para uma história ambiental no Brasil". *Esboços*, v.13, 2005, pp. 72-83; SOUZA, Francisco das Chagas S. "História ambiental e economia colonial na América portuguesa". *Anais eletrônicos do I Encontro Nordestino de História Colonial*. João Pessoa: UFPB, 2006 (CD-ROM). O próprio Pádua, tão inovador no que concerne ao núcleo de seu objeto – os discursos de uma fina parcela da *intelligentsia* luso-brasileira acerca da devastação ambiental –, quando se dá como tarefa construir um panorama da socioeconomia colonial ("o contexto objetivo que inspirou o surgimento daquela tradição crítica"), rende-se sem reservas ao esquema de Sérgio Buarque de Holanda. Cf. PÁDUA, *Um sopro de destruição*, pp. 71-81.

¹² Para uma análise teórico-metodológica e histórica dessa obra, ver DUARTE, Regina Horta. "Com açúcar, com afeto": impressões do Brasil em *Nordeste* de Gilberto Freyre". *Tempo*, v.10 (19), 2005, pp. 125-47.

¹³ SCHWARTZ, Stuart B. "Prefácio". In: DEAN, *A ferro e fogo*, p. 15.

¹⁴ Ver, entre muitos outros, WEGNER, Robert. *A obra de Sérgio Buarque de Holanda da década de 40 e 50*. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1996; MONTEIRO, Pedro Meira. "O homem cordial e a democracia quase impossível: caráter típico-ideal e significado político da cordialidade em Raízes do Brasil". *Ciência & Trópico*, v.24 (2), jul./dez.1996, pp. 333-57; PRADO, Antonio Arnoni. "Raízes do Brasil e o modernismo". In: SOUZA, Antonio Cândido de Mello e (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, pp. 71-80.

¹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, p. 31.

¹⁶ Idem, p. 31.

¹⁷ Idem, p. 44.

¹⁸ Idem, loc. cit.

¹⁹ Idem, pp. 43-4.

²⁰ Idem, p. 46.

²¹ Idem, p. 43.

²² Idem, p. 49.

²³ A melhor explicação que conheço sobre a agricultura itinerante está em GEERTZ, Clifford. *Agricultural involution: The process of ecological change in Indonesia*. 3th ed. New York: The Free Press, 1968, pp. 15-28. Ver, ainda, MORAN, Emilio E. *Adaptabilidade humana: uma introdução à antropologia ecológica*. São Paulo: EDUSP, 1994, pp. 326-34; e DOVE, Michael R. "Theories of swidden agriculture and the political economy of ignorance". *Agroforestry Systems*, v.1 (2), junho de 1983, pp. 85-99.

²⁴ DUBY, Georges. *Guerreiros e camponeses*. Os primórdios do crescimento econômico europeu, séculos VII-XII. Lisboa: Editorial Estampa, 1978, p. 216.

²⁵ MILLER, Shawn W. *Fruitless trees: Portuguese conservation and Brazil's colonial timber*. Stanford: Stanford University Press, 2000, p. 122.

²⁶ Idem, p. 123.

²⁷ FRAGOSO, João Luís R. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul: um estudo de relações não-capitalistas de produção, 1850-1920*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: IFCS/UFRI, 1983, pp. 15-25.

²⁸ WOORTMANN, Ellen E; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília-DF: Ed. UnB, 1997, pp. 13-4.

²⁹ FRAGOSO, João. "Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica". *Topoi*, v.5, set. 2002, p. 48.

³⁰ CARDOSO, Ciro F (org.); FRAGOSO, João L. R.; CASTRO, Hebe M. M.; VAINFAS, Ronaldo. *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, pp. 16-17.

³¹ PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil contemporâneo*, pp. 31-2.

³² Idem, pp. 130, 135-6.

³³ Idem, p. 119.

³⁴ Idem, pp. 135-6.

³⁵ Idem, p. 136, em uma clara referência a Sérgio Buarque, sobre o qual já pude discorrer mais acima.

³⁶ Novamente a correlação entre devastação florestal e desenvolvimento econômico dependente do exterior: “[...] o crescimento da empresa escravista tendia a ser puramente em extensão, isto é, sem quaisquer modificações estruturais. [...] *Crescimento significava, neste caso, ocupação de novas terras e aumento de importações.*” FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 14ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976, pp. 51-2, grifo meu.

³⁷ ARRUDA, José J. A. “A prática econômica setecentista no seu dimensionamento regional”. *Revista Brasileira de História*, v.5 (10), 1985, p. 147.

³⁸ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979, *passim*, especialmente cap. II.

³⁹ Idem, p. 109.

⁴⁰ FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 218-28.

⁴¹ O’CONNOR, James. “Desarrollo desigual y combinado y crisis ecológica”. *Ambiente & Sociedade*, VI (2), 2003, p. 15.

⁴² O’CONNOR, James. “Capitalism, Nature, Socialism: A theoretical introduction”. *CNS*, v.1 (Fall), pp. 11-23.

⁴³ CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “‘Ecologia’ e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas”. *Crítica Marxista*, v.16, 2003, pp. 39-75.

⁴⁴ NOVAIS, *Portugal e Brasil na crise...*, p. 109.

⁴⁵ Idem, loc. cit, grifo no original.

⁴⁶ O’CONNOR, “Desarrollo desigual y combinado...”, p. 15.

⁴⁷ “Sérgio Buarque de Holanda, o maior historiador brasileiro deste século, escreveu [...] que os colonos queriam ‘colher o fruto sem plantar a árvore’. *O presente livro [A ferro e fogo] converte essa metáfora em história.*” SCHWARTZ, “Prefácio”, p. 15, grifo meu. Em entrevista concedida a Ângela de Castro Gomes e José Augusto Drummond, ficamos sabendo, por meio do próprio Dean, que sua ligação com Sérgio Buarque era realmente muito forte, um intercâmbio intelectual que ia para além para de conversas de corredor de universidade, um dado que vem atestar a existência dessa verdadeira linhagem de pensamento histórico-ambiental. Ver “Warren Dean: um brasilianista”. *Estudos Históricos*, v.3 (5), p. 106. Para uma crítica de *A Ferro e Fogo* de um ponto de vista da história cultural, ver CARVALHO, Ely Bergo de. “Os historiadores e as florestas: dez anos depois de *A Ferro e Fogo*”. *Esboços*, v.13, 2005, pp. 107-24.

⁴⁸ DEAN, *A ferro e fogo*, p. 132.

⁴⁹ Idem, pp. 132-3.

⁵⁰ Idem, p. 133.

⁵¹ Idem, p. 99.

⁵² Idem, p. 94.

⁵³ SCHWARTZ, “Prefácio”, p. 15, grifos meus.

⁵⁴ Idem, p. 14.

⁵⁵ GRIBAUDI, Maurizio. “Escala, pertinência, configuração”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, pp. 123-8.

⁵⁶ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 86-8, 123-5, 152-6.

⁵⁷ WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p. 13.

⁵⁸ FRAGOSO & FLORENTINO, *O arcaísmo como projeto*, p. 228.

⁵⁹ Vale lembrar que é somente a partir do último quartel do século XIX que a terra começa a substituir,

de forma mais significativa, o escravo como equivalente de capital. Cf. MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986, pp. 23-34.

⁶⁰ DEAN, *A ferro e fogo*, pp. 75-6.

⁶¹ Idem, p. 162.

⁶² CALDEIRA, Jorge. *A nação mercantilista*. São Paulo: Ed. 34, 1999, pp. 67-8.

⁶³ Idem, p. 72.

⁶⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962, pp. 58-9.

⁶⁵ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978, pp. 195, 197, 321-2.

⁶⁶ MARCÍLIO, Maria Luiza. "A população do Brasil colonial". In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. Vol. 2: América Latina Colonial. São Paulo: Edusp/Funag, 1999, p. 325.

⁶⁷ LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2000, pp. 130-1.

⁶⁸ Na já citada entrevista, concedida em junho de 1989 – no bojo, portanto, do processo de pesquisa para a escrita de *A ferro e fogo* –, Dean deixou claro todas essas orientações ideológicas. Perguntado se tinha chegado à problemática ambiental através de seus estudos sobre desenvolvimento econômico, Dean acaba sendo um tanto cruel consigo mesmo e sua trajetória intelectual. Respondendo primeiramente que "sim", ele complementa: "Ou talvez eu esteja simplesmente pegando uma onda depois da outra. Quando o desenvolvimento econômico era uma coisa em que todo mundo acreditava, peguei o desenvolvimento econômico. Depois, quando todo o mundo se sentiu deprimido com a opressão política [da época da ditadura], peguei a escravidão. Agora que todo o mundo está fazendo barulho sobre o desmatamento da Amazônia, inventei um novo estudo 'quente'. Não sei...". "Warren Dean: um brasilianista", p. 110.

⁶⁹ DEAN, *A ferro e fogo*, p. 22.

⁷⁰ LEWIN, Linda. Review of 'With Broadax and Firebrand: The Destruction of the Brazilian Atlantic Forest'. *Luso-Brazilian Review*, v.32 (2), 1995, p. 125.

⁷¹ DEAN, *A ferro e fogo*, p. 23.

⁷² Por este motivo, S. B. Schwartz considera o trabalho como uma excelente "resposta" da história econômica à história ambiental, visivelmente numa alusão a Dean. SCHWARTZ, Stuart B. Review of *Fruitless Trees*. *Journal of Economic History*, v. 61 (2), 2001, pp. 552-3.

⁷³ Em sua revisão da obra, Schwartz (op. cit., p. 553) considera muito judiciosamente que ela servirá, nos anos vindouros, como o ponto de partida fundamental para o estudo da indústria madeireira colonial brasileira.

⁷⁴ MILLER, *Fruitless Trees*, p. 9.

⁷⁵ Como bem salientaram C. Brannstrom e Stefania Gallini, Dean e Miller encontram-se diametralmente opostos no espectro ecocentrismo-tecnocentrismo. Ver "An Introduction to Latin American Environmental History", in BRANNSTROM, C. (ed.), *Territories, Commodities and Knowledges: Latin American Environmental History in the Nineteenth and Twentieth Centuries*. London: Institute for the Study of the Americas, 2004, p. 9.

⁷⁶ MILLER, *Fruitless trees*, pp. 8-9.

⁷⁷ Idem, p. 9.

⁷⁸ JOHNSON, Ronald N.; LIBECAP, Gary D. "Efficient markets and Great Lakes timber: A conservation issue reexamined". *Explorations in Economic History*, v.17, 1980, p. 383.

⁷⁹ Na região estadunidense dos Grandes Lagos, o governo federal dirigiu a apropriação privada das terras florestadas, até pelo menos 1889, via venda de títulos fundiários. Cf. JOHNSON & LIBECAP, "Efficient markets and Great Lakes timber", pp. 374-7. Ver também, a esse respeito, ROBERTSON, Ross M. *História da economia americana*. Rio de Janeiro: Record, 1967, pp. 132-40.

⁸⁰ CALDEIRA, *A nação mercantilista*, *passim*.

⁸¹ "Às vezes esbanjou-se madeira de lei fazendo-se cercas enormes dividindo um engenho de outro. Luxo de privatismo. Vaidade de senhor de engenho patriarcal." FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Global, 2004, p. 80.

- ⁸² SOFFIATI, Arthur. *O nativo e o exótico: perspectivas para a história ambiental na ecorregião Norte-Noroeste fluminense entre os séculos XVII e XX*. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: IFCS/UFRI, 1996, p. 161.
- ⁸³ CARVALHO, “Os historiadores e as florestas”, p. 116.
- ⁸⁴ FRAGOSO, “Para que serve a história econômica?”, p. 4.
- ⁸⁵ GRIBAUDI, “Escala, pertinência, configuração”, pp. 123-8.
- ⁸⁶ FRAGOSO, “Para que serve a história econômica?”, p. 5.
- ⁸⁷ CASTRO, *Gestão florestal no Brasil Colônia*; DUARTE, Regina Horta. “Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil”. *Luso-Brazilian Review*, v.41 (2), 2004, 144-61; CARVALHO, “Os historiadores e as florestas”; CABRAL, Diogo de C. *Homens e árvores no ecúmeno colonial: uma história ambiental da indústria madeireira na bacia do rio Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825*. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: IFCS/UFRI, 2007.
- ⁸⁸ SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 90.
- ⁸⁹ MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas do conhecimento humano*. São Paulo: Palas Athena, 2001, p. 28.
- ⁹⁰ LEWIS, Roy. *Por que almocei meu pai*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, pp. 151-2.
- ⁹¹ HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 10ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 26.
- ⁹² Citado por GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 202.
- ⁹³ BRUNHES, Jean. *Geografia humana*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962, pp. 325-7.
- ⁹⁴ RADKAU, Joaquim. “Wood and Forestry in German History: In Quest of an Environmental Approach”. *Environment and History*, v.2, 1996, p. 63.
- ⁹⁵ BRYSON, Bill. *Breve história de quase tudo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005, p. 447.
- ⁹⁶ TAYLOR, Peter J. “As raízes geostóricas do desafio da sustentabilidade e uma alternativa pós-moderna”. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana (orgs.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997, p. 51.
- ⁹⁷ BURKE, Peter. “Abertura: a nova história, seu passado e futuro”. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 21.
- ⁹⁸ CARVALHO, Ely Berço de. “A história ambiental e a ‘crise ambiental’ contemporânea: um desafio para o historiador”. *Esboços*, v.11, 2004, p. 114.
- ⁹⁹ WORSTER, “Transformações da terra”, p. 25.
- ¹⁰⁰ Conforme apontou Gilmar Arruda, valendo-se dos *insights* de Dora S. Corrêa, “todos impactam sobre a natureza, desde os indígenas, os cafeicultores até os industriais. A diferença está no grau de devastação. Descuidando-se dessa questão importante, os historiadores imprimem um caráter negativo, sem diferenciação, a todas as relações pretéritas entre o homem e a natureza. O que resulta dessa perspectiva é uma despolitização da própria questão ambiental”. ARRUDA, Gilmar. “Prefácio”. In: MARTINS, Marcos L. *História e meio ambiente*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 11.
- ¹⁰¹ Isto é ainda mais perigoso quando atentamos para o fato de que é na esfera da educação escolar (ensinos fundamental e médio) que os historiadores têm maior poder de influência na produção da memória social. Cf. CARVALHO, “A história ambiental e a ‘crise ambiental’ contemporânea”, pp. 113-4.